

Omissão de clíticos na aquisição do português europeu: dados da compreensão^{1,2}

João Costa & Maria Lobo
Universidade Nova de Lisboa

1. Introdução

A investigação sobre a produção/omissão de pronomes clíticos na aquisição das línguas tem revelado que, em várias línguas, as crianças omitem este tipo de pronomes nas suas produções iniciais. Para línguas como o italiano (Schaeffer, 1997), o catalão (Wexler, Gavarró & Torrens, 2003) ou o português europeu (Costa & Lobo, 2006), mostrou-se que há uma taxa de omissão de pronomes bastante elevada, ao contrário do que acontece em línguas como o espanhol ou o grego. Wexler (2003) propõe uma análise para a omissão de clíticos baseada no facto de os clíticos entrarem em múltiplas relações de verificação de traços, sugerindo que, por questões de maturação, nas línguas em questão, as crianças geram estruturas sintácticas sem pronome. Em trabalho anterior (Costa & Lobo, 2006), propusemos que a análise de Wexler não pode ser generalizada a todas as línguas em que há omissão de clíticos, sugerindo que, para o português europeu, o que se verifica é uma sobregeneralização da construção de objecto nulo, disponível na gramática do adulto. Superficialmente, é difícil determinar se uma produção sem argumento interno corresponde a uma representação sintáctica com uma forma pronominal nula (construção de objecto nulo) ou sem realização de qualquer pronome. Importa, portanto, encontrar critérios que permitam distinguir estas alternativas. Dados da produção de clíticos reflexos, dativos e de primeira e segunda pessoas revelaram que há, de facto, para as crianças portuguesas, uma correlação entre a omissão de clíticos e a construção de objecto nulo.

Neste trabalho, procuramos encontrar evidência que confirme ou infirme este tipo de correlação com base em dados da compreensão. Para tal, procedemos a uma adaptação do teste realizado por Grüter (2006) para o francês e o inglês.

¹ Este trabalho foi realizado parcialmente com verbas do Projecto POCI/LIN/57377/2004, financiado pela FCT-MCTES.

² Dedicamos este trabalho à memória de Celia Jakubowicz, a primeira pessoa a sugerir-nos que testássemos os dados da compreensão.

2. Omissão de clíticos na aquisição

2.1. Omissão de clíticos como resultado de restrição universal

Vários trabalhos têm mostrado que, no processo de aquisição de algumas línguas, existe omissão de clíticos (Schaeffer, 1997; Wexler et al., 2003; e.o.). Em Wexler et al. (2003), mostra-se, contudo, que este fenómeno não parece ocorrer em todas as línguas: em línguas como o italiano, o francês e o catalão, há omissão de clíticos nos estádios iniciais de desenvolvimento linguístico; ao passo que, em línguas como o espanhol, não se verifica omissão de clíticos.³ Os autores propõem que a omissão precoce de clíticos se deve a uma Restrição sobre a Verificação de Traços (Unique Checking Constraint), que estaria sujeita a maturação:

- (1) Unique Checking Constraint (Wexler, 1998)

O traço-D de DP pode estabelecer uma só relação de verificação junto de uma categoria funcional.

As diferenças entre línguas no processo de aquisição de clíticos dever-se-iam ao facto de a categoria *pro* ter de verificar dois traços – em AgrOP e em CIP – apenas em línguas em que existe concordância de participio passado (seguindo a análise que Sportiche (1996) adopta para os clíticos):

- (2) [_{CIP} [clítico objecto] [_{AgrOP} [AgrO] [_{VP} V [_{DP} *pro*]]]]

Prediz-se, assim, que exista uma correlação entre os dois fenómenos: omissão precoce de clíticos e morfologia de concordância no participio passado.

A Restrição de Verificação Única foi originariamente proposta para dar conta dos infinitivos raiz ou infinitivos opcionais, que se manifestam em estádios iniciais de aquisição de várias línguas. Estando esta Restrição sujeita a maturação, prediz-se ainda que a omissão de clíticos deixe de se verificar na mesma altura em que termina o estádio de infinitivos raiz, i.e. por volta dos 3 anos de idade.

A análise assume ainda um Princípio Universal – Minimizar Violações – que condiciona a escolha da numeração que conduzir à derivação com menor número de violações.

De acordo com esta análise, em línguas com concordância de participio passado, as crianças têm duas opções: ou não projectam CIP, violando os requisitos de verificação do traço-D de *pro*, ou não projectam AgrOP, violando os requisitos de verificação de Caso de *pro*. No primeiro caso, teremos uma frase sem clítico; no segundo caso, uma frase com clítico. Como ambas as derivações apresentam o mesmo

³ A ausência de omissão de clíticos na aquisição do espanhol não é, contudo, consensual. Estudos de produção espontânea, como o de Fujino & Sano (2002), e estudos de elicitación, como o de Castilla, Pérez-Leroux & Eriks-Brophy (2007), descrevem um estádio inicial de omissão opcional.

número de violações, qualquer uma delas poderá ser gerada pela gramática da criança, o que explicaria as taxas de omissão na ordem dos 50%.

Em línguas sem concordância de participio passado, *pro* não tem de verificar traços em AgrO e, por conseguinte, é escolhida a derivação com clítico, que não viola a Unique Checking Constraint.

2.2. Omissão de clíticos como resultado de complexidade

Em Costa e Lobo (2006, 2007a), mostrámos que as predições que a proposta de Wexler et al. (2003) faz para o português são infirmadas. Sendo o português uma língua sem concordância de participio passado, de acordo com a hipótese de Wexler et al. (2003), esperar-se-ia que não houvesse omissão de clíticos na aquisição. Contudo, encontramos omissão de clíticos acusativos, mesmo em contextos em que a construção de objecto nulo não é legítima na gramática adulta. Para além disso, verificámos que em português europeu a omissão se prolonga até pelo menos aos 4 anos, diferentemente daquilo que Wexler et al. (2003) encontraram para as línguas como omissão precoce de clíticos, em que deixa de haver omissão aos 3 anos.

Para além disso, outros trabalhos, como os de Costa e Lobo (2007b), Carmona e Silva (2007), e Silva (em prep.), têm mostrado que, na aquisição do português europeu, a omissão de clíticos é diferenciada para diferentes tipos de clíticos. As taxas de omissão com clíticos de terceira pessoa acusativos e dativos em frases simples são superiores às taxas de omissão de clíticos reflexos, às de clíticos acusativos e dativos de primeira e segunda pessoa e às de clíticos acusativos e dativos em ilhas: aproximadamente, 70% omissão para clíticos acusativos não reflexos em frases simples; 60% de omissão para clíticos dativos; 40% de omissão para clíticos reflexos; 40% de omissão para clíticos acusativos em contextos de ilha. As diferenças nas taxas de omissão parecem estar em correlação com os contextos em que a construção de objecto nulo está disponível na gramática adulta.

As características da omissão de clíticos em PE, aparentemente distintas das que manifestam línguas como o italiano e o catalão, mostram que uma explicação como a de Wexler et al. (2003) não é adequada para os dados do PE. Assim, colocámos a hipótese de que a omissão de clíticos em PE resulta da complexidade do sistema, correspondendo a uma sobregeneralização da construção de objecto nulo.

Uma vez que em muitos contextos do PE a construção com clítico alterna com a construção de objecto nulo, a criança só deixará de omitir clíticos quando tiver identificado os contextos em que objecto nulo não é legítimo. Um desses contextos é o contexto de ilhas fortes, que obrigam a uma especialização do conhecimento, e que são previsivelmente problemáticos para as crianças.⁴

Uma análise como a de Wexler et al. (2003) é também problemática para os dados do francês, em que a omissão de clíticos se prolonga também até idades mais tardias,

⁴ Outros contextos de não alternância entre clítico e objecto nulo na gramática adulta do PE são os de clíticos de primeira e segunda pessoa, e clíticos reflexos.

continuando para além do estágio de infinitivo raiz (cf. Jakubowicz *et al.*, 1996; Pérez-Leroux, Pirvulescu & Roberge, 2006; Grüter, 2006: e.o.). Explicações alternativas, atribuídas a diferentes factores de complexidade, têm sido dadas por diferentes autores.

Grüter (2006) atribui a omissão de clíticos objecto em francês não a uma restrição gramatical, mas a condições de interface com sistemas externos à língua. A autora propõe a Hipótese de Traços Decadentes (Decayed Features Hypothesis) que localiza a omissão de clíticos objecto em francês na capacidade de memória de trabalho. A hipótese de Grüter (2006) prediz que as crianças produzem estruturas que não recorrem a formas pronominais nulas, o que é coerente com os resultados que obtem em tarefas de compreensão. Esta hipótese não é facilmente extensível para os resultados do PE, uma vez que não prediz resultados diferenciados para diferentes tipos de clíticos. Como veremos, os resultados do teste de compreensão que apresentamos também não permitem estender esta análise para os resultados das crianças portuguesas.

2.3. A natureza da construção com omissão de clítico

A natureza da construção com omissão de clítico na gramática da criança não é muito clara na análise de Wexler *et al.* (2003). Os autores parecem atribuir-lhe um estatuto desviante, na medida em que a não produção de clítico constitui uma violação à gramática com o mesmo peso que a produção de clítico. Na análise dos autores, que seguem a análise de clíticos de Sportiche (1996), nas línguas com concordância de participio passado, existe um número idêntico de violações para as duas construções, o que leva a que qualquer uma delas possa ser escolhida, em conformidade com o Princípio Minimizar Violações (Wexler, 1998). Na construção com clítico, a categoria AgrOP não é projectada e *pro* não verifica Caso; na construção sem clítico, a categoria CIP não é projectada e *pro* não verifica traços-D em CIP.

Relativamente aos dados do PE, a nossa análise interpreta a omissão de clítico na gramática da criança como uma instância da construção de objecto nulo, i.e. como uma construção que contém uma categoria vazia, discursivamente identificada, que pode corresponder a uma variável A-barrado ligada por um tópico nulo ou, alternativamente, a um pronome nulo – *pro* – (Raposo, 1986; Costa & Duarte, 2003).

Determinar a natureza da construção com omissão na gramática da criança não é fácil. Como saber se a construção com omissão contém uma forma nula ou não tem qualquer pronome?

Se se trata de uma construção de objecto nulo, a gramática da criança deverá ter disponível esta construção e a criança deverá poder interpretar uma construção sem clítico acusativo como transitiva. Se, pelo contrário, a gramática da criança não permitir objecto nulo, espera-se que a criança rejeite uma interpretação transitiva para estruturas sem clítico realizado, manifestando uma assimetria entre compreensão e produção, uma vez que, contrariamente à interpretação transitiva sem argumento interno realizado, a interpretação intransitiva não violará nenhum princípio gramatical e deverá, por conseguinte, ser preferida pelas crianças.

Foi esta a estratégia adoptada por Grüter (2006), que construiu um teste para avaliar a compreensão de estruturas sem argumento realizado e, assim, encontrar

critérios para determinar a natureza da construção com omissão de complemento na gramática das crianças francófonas e anglófonas.

3. Teste de compreensão de objecto nulo com crianças falantes do PE

3.1. Objectivos

A hipótese de que a omissão de clíticos na produção de crianças falantes do PE é uma sobregeneralização de objecto nulo (Costa & Lobo, 2006, 2007a) prevê que as crianças possam atribuir uma interpretação transitiva a frases com um verbo sem complemento realizado em todos os contextos em que omitem clíticos, i.e. com clíticos acusativos e dativos de terceira pessoa, com clíticos reflexos, com clíticos de primeira e segunda pessoa, e em contextos de ilha forte.

Assim, neste trabalho, pretendemos testar se as crianças falantes do PE têm disponível a interpretação de objecto nulo em contextos acusativos de terceira pessoa em frases simples e em ilhas fortes, tendo deixado para trabalho posterior os restantes contextos.⁵

3.2. Metodologia

O teste consistiu numa adaptação ao português do teste realizado por Grüter (2006) para o francês e o inglês. Tal como em Grüter (2006), a situação experimental consistiu numa tarefa de juízo de valor de verdade de uma frase dita por um fantoche, mediante a apresentação de imagens.

A tarefa de juízo de valor de verdade (cf. Crain & Thornton, 1998) permite determinar quais as interpretações que a criança pode ou não atribuir a uma determinada frase e investigar se a criança difere do adulto ao permitir um maior ou menor número de interpretações ou interpretações diferentes. É apresentada à criança uma frase potencialmente ambígua num contexto que torna uma das potenciais interpretações verdadeira ou falsa. Perante a apresentação de uma imagem, pede-se à criança que avalie se uma frase dita por um fantoche está certa ou errada.

Nos itens de teste, foram usados os seguintes verbos de alternância transitiva/intransitiva: *mergulhar* ('x mergulha' ou 'x mergulha y'), *adormecer* ('x adormece' ou 'x adormece y'), *acordar* ('x acorda' ou 'x acorda y'), *baloçar* ('x baloiça' ou 'x baloiça y').

O teste foi precedido de familiarização com a tarefa, com o fantoche, com as imagens e com os verbos utilizados nas duas variantes (transitiva e intransitiva). No período de adaptação à situação experimental, as imagens foram apresentadas à criança usando os quatro verbos nas construções transitiva e intransitiva, de forma a assegurar que os verbos, nas suas diferentes construções, fossem conhecidos da criança e facilitar a interpretação das imagens.

⁵ É importante notar que este trabalho permitirá descobrir se as crianças têm conhecimento sobre objecto nulo, mas não dará pistas sobre a análise do objecto nulo na gramática do adulto, uma vez que o teste realizado não permite estabelecer se o objecto nulo é um pronominal regular ou com estatuto de variável.

Foram testadas as seguintes condições:

a) estruturas intransitivas em frases simples (V)	4 itens [CI]
b) estruturas intransitivas em ilhas (V)	2 itens [CII]
c) clíticos objecto em frases simples e em ilhas (V)	4 itens [CT]
d) objecto nulo em frases simples (V)	4 itens [CON]
e) objecto nulo em ilhas (F)	4 itens [CION]
f) argumentos supérfluos em frases simples (F)	4 itens [COS]
g) argumentos supérfluos em ilhas (F)	2 itens [CIOS]
h) clíticos supérfluos em frases simples (F)	4 itens [CLS]
i) clíticos supérfluos em ilhas (F)	2 itens [CILS]

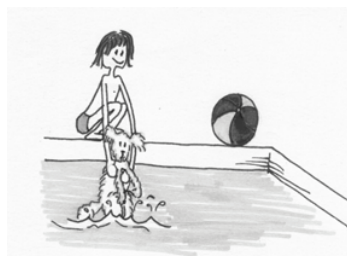
O teste tinha um total de 30 itens teste e 2 itens distractores. A ordem de apresentação dos itens foi aleatória, evitando que a mesma imagem aparecesse 2 vezes seguidas. A tarefa teve uma duração de 20-30 minutos para cada criança.

A condição [CON], objecto nulo em frase simples, pretende averiguar se a gramática da criança contém a estrutura de objecto nulo. Em caso afirmativo, a criança atribuirá uma interpretação transitiva a um verbo sem complemento. Caso contrário, a criança interpreta os verbos como intransitivos.

Exemplo de item de teste para a Condição de objecto nulo:



Inv: *Vamos ver o que o Rui fez ao cão.*
Resposta esperada: Verdadeiro



Fantóche: *Olha! Mergulhou na piscina!*

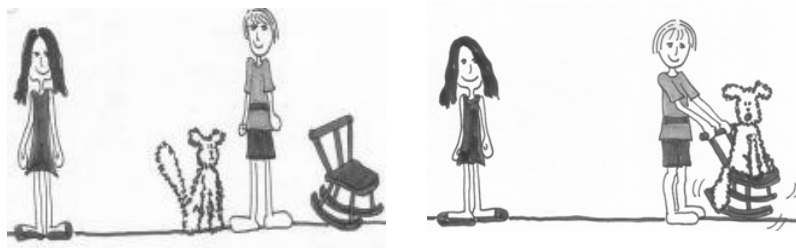
A imagem da esquerda, mostrada em primeiro lugar num cartão, apresenta um contexto que torna a ocorrência de objecto nulo legítima. A imagem da direita, no verso do cartão, mostra um contexto compatível com uma interpretação transitiva – o Rui está a mergulhar o cão na piscina.

É necessário dar algumas explicações adicionais sobre as frases teste apresentadas. No período de ajustamento do teste, mostrou-se que a frase introdutória da frase teste era determinante para a obtenção de respostas compatíveis com a gramática do adulto, nomeadamente para a legitimidade da leitura transitiva com objecto nulo. Assim, uma frase introdutória neutra, como “vamos ver o que aconteceu”, mesmo que os referentes tivessem sido mencionados anteriormente, não fornecia um contexto adequado para a ocorrência de objecto nulo. Assim, só uma frase introdutória como “Vamos ver o que x

fez a y” mostrou ser adequada. No entanto, uma vez que esta frase poderia condicionar uma interpretação transitiva (alguém faz alguma coisa a y), recorreremos à introdução da expressão “Olha!” no início da frase teste de forma a tornar plausível quer uma interpretação intransitiva (em que o Rui não fez nada ao cão), quer uma interpretação transitiva, com objecto nulo.

A condição [CION], objecto nulo em ilhas, permite verificar se a gramática da criança rejeita objectos nulos em ilhas, tal como acontece na gramática adulta do PE. Se o conhecimento da criança for idêntico ao do adulto, a criança reconhecerá que os objectos nulos são excluídos em ilhas, atribuindo aos verbos uma interpretação intransitiva. Caso contrário, a criança interpreta os verbos como transitivos.

Exemplo de item de teste para a Condição de objecto nulo em ilha:

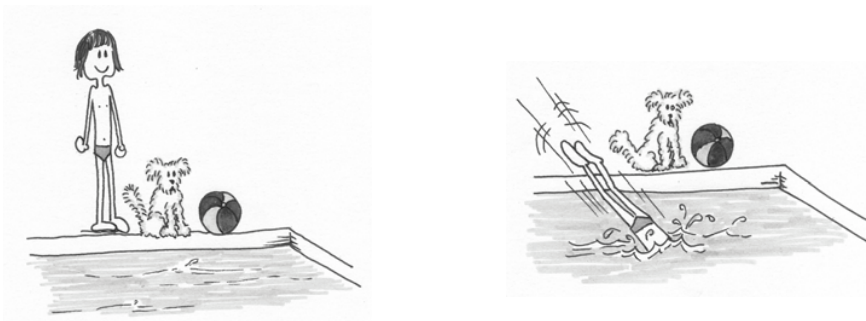


Inv: *Vamos ver o que aconteceu.*
Resposta esperada: Falso

Fantoche: *O cão ladrou quando o Luís baloiçou na cadeira.*

As condições [CI] e [CII], estruturas intransitivas em frases simples e em ilhas, e as condições [COS] e [CIOS], argumentos supérfluos em frases simples e em ilhas, permitem averiguar se a criança domina (in)transitividade e se tem disponíveis as leituras transitiva e intransitiva para cada um dos verbos.

Exemplo de item de teste para a Condição de estrutura intransitiva:



Inv: *Vamos ver o que é que o Rui fez ao cão.* Fantoche: *Olha! Mergulhou na piscina!*
Resposta esperada: Verdadeiro

Se a criança conhecer a construção intransitiva, avaliará a frase como verdadeira. Torna-se necessário fazer alguns comentários sobre a estrutura utilizada pelo investigador para eliciação. Aquando da pilotagem do teste, apercebemo-nos de que a frase de eliciação era crucial para a obtenção de respostas compatíveis com a gramática do adulto, designadamente para a obtenção de leituras transitivas para objectos nulos. Portanto, uma frase neutra como “Vamos ver o que aconteceu”, ainda que os referentes tivessem sido previamente mencionados, não constituía um contexto adequado para a indução de um objecto nulo. Pelo contrário, uma frase com uma estrutura como “vamos ver o que x fez a y” é adequada. No entanto, como este tipo de frase torna preferencial uma leitura transitiva, introduzimos a expressão “Olha!” (pronunciada com entoação exclamativa, o que favorece o seu uso como interjeição de surpresa) no início de cada frase, o que neutralizou a preferência por uma interpretação específica e tornou as leituras transitiva e intransitiva igualmente acessíveis. A introdução desta expressão assegurou que algo diferente do que era esperado face à frase do investigador podia ter acontecido. Isto foi relevante quer para as crianças, quer para os adultos, o que mostra que o contexto pragmático era o mesmo para os dois grupos. Com esta metodologia, garantimos que ambas as interpretações eram discursivamente adequadas e que a mesma estratégia de indução de resposta era usada em todas as condições. A necessidade de controlar estes aspectos não é surpreendente, uma vez que, como se sabe, a construção de objecto nulo é altamente sensível a restrições discursivas.

Exemplo de item de teste para a Condição de objecto supérfluo:



Inv: *Vamos ver o que a Marta fez à boneca.* Fantoche: *Olha! A Marta adormeceu a boneca!*
Resposta esperada: Falso

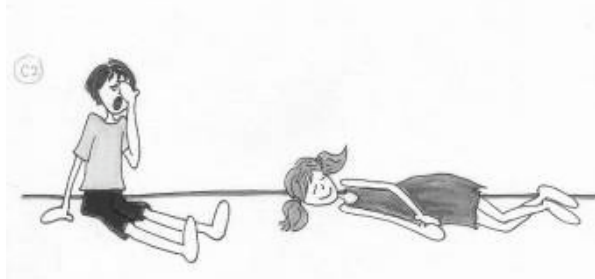
A condição [CT], clíticos objecto em frases simples e em ilhas, e as condições [CLS] e [CILS], clíticos supérfluos em frases simples e em ilhas, permitem averiguar se a gramática da criança contém conhecimento sobre clíticos. Se assim for, a criança atribuirá uma interpretação transitiva às frases teste com clíticos, aceitando os contextos transitivos e rejeitando as frases com clíticos em contextos intransitivos.

Exemplo de item de teste para a Condição de clíticos objecto:



Inv: *Vamos ver o que a Marta fez à boneca.* Fantoche: *Olha! A Marta adormeceu-a!*
Resposta esperada: Verdadeiro

Exemplo de item de teste para a Condição de clítico supérfluo:



Inv: *O Zé e a Alice estão a dormir. Vamos ver o queo Zé fez à Alice.* Fantoche: *Olha! O Zé está a acordá-la!*
Resposta esperada: Falso.

3.3. Participantes

Participaram no teste 20 crianças entre os 3;2 e os 5;10 (com uma média de idades de 4;4 anos), falantes nativas de português europeu, que frequentavam o Centro Social da Quinta do Anjo, na área da Grande Lisboa. 6 adultos com formação universitária funcionaram como grupo de controlo. Foram excluídas 9 crianças por não conseguirem realizar a tarefa, a maioria delas por manifestarem o efeito conhecido na literatura como “yes bias”, respondendo a todas as condições afirmativamente, incluindo as de argumento supérfluo.

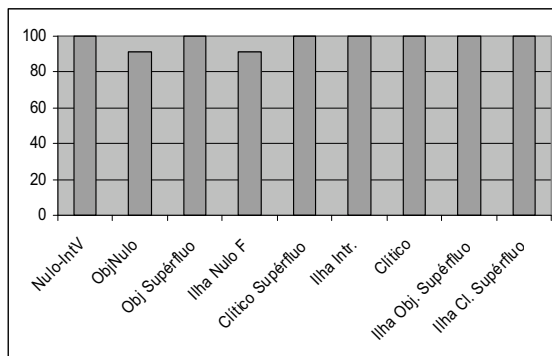
3.4. Resultados

3.4.1. Grupo de Controlo

Obtiveram-se os seguintes resultados para o Grupo de controlo, em que as percentagens indicam respostas certas face aos valores verdadeiro ou falso previstos pela gramática do adulto:

- a) [CI]: 100%
- b) [CII]: 100%
- c) [CT]: 100%
- d) [CON]: 92%
- e) [CION]: 92%
- f) [COS]: 100%
- g) [CIOS]: 100%
- h) [CLS]: 100%
- i) [CILS]: 100%

O grupo de controlo manifestou os resultados esperados (100% de acerto em quase todas as condições), tendo apenas obtido resultados ligeiramente inferiores nas Condições de objecto nulo em frases simples e de objecto nulo em ilhas (90%):

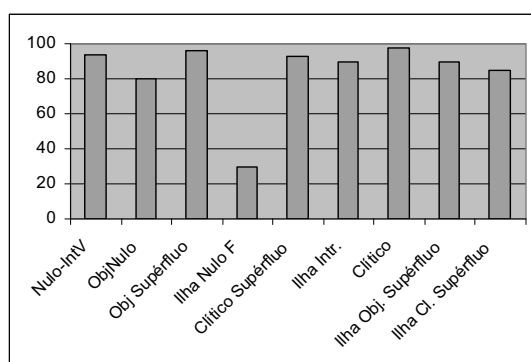


3.4.2. Crianças

Para as crianças, obtiveram-se os seguintes resultados:

- a) [CI]: 93,4%
- b) [CII]: 89,7%
- c) [CT]: 97,4%
- d) [CON]: 80%
- e) [CION]: 30%
- f) [COS]: 96,2%
- g) [CIOS]: 90%
- h) [CLS]: 92,5%⁶
- i) [CILS]: 84,6%

As crianças obtiveram resultados próximos dos do grupo de controlo (superiores a 80% de acerto) em todas as condições excepto na Condição de objecto nulo em ilhas.



Observou-se que, na generalidade dos casos, não houve grandes diferenças entre crianças (o que justifica as tendências globais muito significativas), pelo que nos dispensamos de apresentar os resultados individuais. Crucialmente, não se encontrou nenhuma criança que aceitasse objectos nulos em ilhas e que os rejeitasse em qualquer uma das outras condições.

⁶ Um revisor anónimo deste artigo sugere que a proximidade fonética entre formas com e sem clítico poderia, eventualmente, enviesar os resultados. Julgamos que este aspecto foi controlado não só na aplicação do teste, mas também por esta condição. Se as crianças não ouvissem alguns dos clíticos, face à sua baixa saliência fonética, esperar-se-ia que não rejeitassem estruturas com clíticos supérfluos, o que não aconteceu.

3.4.3. Síntese

Os resultados do teste permitem-nos concluir que:

- i) as crianças dominam (in)transitividade, rejeitando argumentos supérfluos e interpretando estruturas intransitivas como os adultos;
- ii) as crianças interpretam os clíticos como os adultos;
- iii) as crianças interpretam estruturas de objecto nulo em frases simples como os adultos;
- iv) as crianças aceitam objectos nulos em ilhas, ao contrário do que acontece na gramática do adulto.

3.5. Discussão

Os resultados obtidos para o PE diferem dos resultados obtidos para o francês e para o inglês por Grüter (2006). Grüter (2006) mostra que, embora as crianças francesas omitam clíticos acusativos, elas rejeitam a interpretação transitiva para verbos sem complemento (86% e 84% de rejeição de objecto nulo). Por conseguinte, a autora conclui que, apesar de a gramática adulta do francês permitir objectos nulos em vários contextos (Cummins & Roberge, 2005; e.o.), a construção com omissão de clítico das crianças francófonas não é compatível com uma análise de construção de objecto nulo. A assimetria entre os dados da produção e da compreensão levam a autora a adoptar a hipótese de que a omissão se deve a factores extralingüísticos.

Os resultados do nosso teste mostraram que as crianças portuguesas, ao contrário das crianças francesas, têm conhecimento sobre a construção de objecto nulo.⁷ Para além disso, o desempenho das crianças em contexto de ilhas revela, à semelhança do que tinha sido obtido em tarefas de produção, que a especialização dos contextos em que a construção de objecto nulo é legítima é de aquisição tardia.

Assim, os resultados do teste não contradizem a hipótese de que a omissão de clíticos em PE é uma sobregeneralização da construção de objecto nulo. Põe-se, contudo, a questão de explicar como é que a criança abandona uma gramática largamente permissiva relativamente à construção de objecto nulo, passando para uma gramática mais restritiva, em que os objectos nulos não são permitidos em ilhas. A questão da “aprendibilidade” de restrição de objecto nulo é explicitamente referida em Grüter (2006: 64) relativamente aos dados do francês.

No caso do PE, a aprendizagem de que o objecto nulo não é legítimo em contexto de ilhas poderá passar pelo desenvolvimento do conhecimento sobre estruturas complexas.

No entanto, no caso dos clíticos reflexos e de primeira e segunda pessoa, a explicação não poderá ser a mesma. O alargamento deste estudo a outros contextos, como o de clíticos reflexos, permitirá perceber se a omissão deste tipo de clíticos

⁷ Note-se, contudo, que a forma da frase introdutória se revelou fundamental para a legitimidade da leitura de objecto nulo no PE. Não sabemos até que ponto este factor foi controlado na situação experimental levada a cabo com as crianças francófonas e anglófonas.

corresponde também a uma sobregeneralização da construção de objecto nulo. Se assim for, prediz-se que as crianças, apesar de terem uma compreensão de clíticos reflexos próxima da dos adultos, como é mostrado em Cristóvão (2006, 2007), aceitem objectos nulos em contexto reflexo, contrariamente ao que acontece na gramática adulta.

Uma hipótese a considerar é a de que a gramática das crianças admite generalizadamente um argumento *pro*, tendo de aprender as restrições a que este argumento está sujeito. Trabalhos como o de Castilla, Pérez-Leroux & Eriks-Brophy (2007) apontam nesse sentido, defendendo que diferentes taxas na omissão dos vários tipos de clítico são melhor explicadas desta forma.

4. Conclusões

O teste de compreensão que realizámos permitiu mostrar que as crianças portuguesas, ao contrário das crianças francesas, compreendem a construção de objecto nulo, sendo menos restritivas do que os adultos, uma vez que aceitam também objectos nulos em contexto de ilhas. Para além disso, comprovou-se que as crianças dominam (in)transitividade e interpretam adequadamente os clíticos acusativos. Estes resultados são compatíveis com a hipótese de que a omissão de clíticos em PE corresponde a uma sobregeneralização de objecto nulo.

Para além disso, a diferença de resultados entre as crianças falantes de português e falantes de francês permite supor que a omissão de clíticos na aquisição das línguas não é um fenómeno uniforme.

Referências

- Babyonyshev, Maria & Stefania Marin (2005) The Acquisition of Object Clitic Constructions in Romanian. In Randall S. Gess & Edward J. Rubin (eds.) *Theoretical and Experimental Approaches to Romance Linguistics*, pp. 21-40.
- Carmona, Jaqueline & Carolina Silva (2007) A aquisição de clíticos dativos em PE: teste piloto. *XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Lisboa: APL, pp. 199-210.
- Castilla, Anny P., Ana T. Pérez-Leroux & Alice Eriks-Brophy (2007) Omissions and substitutions in early Spanish clitics. Comunicação apresentada ao *GALA 2007*. Barcelona.
- Costa, João & Inês Duarte (2003) Objectos Nulos em Debate. In Ivo Castro & Inês Duarte (orgs.) *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. vol. I. Lisboa: INCM, pp. 249-260.
- Costa, João & Maria Lobo (2006) A aquisição de clíticos em PE: omissão de clíticos ou objecto nulo?. In *XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Lisboa: APL, pp. 285-293.
- Costa, João & Maria Lobo (2007a) Clitic omission, null objects or both in the acquisition of European Portuguese?. In Sergio Baauw, Frank Drijkoningen & Manuela Pinto (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2005*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 59-71.

- Costa, João & Maria Lobo (2007b) Complexidade e omissão de clíticos: o caso dos reflexos. *XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Lisboa: APL, pp. 303-313.
- Crain, S. & R. Thornton (1998) *Investigations in Universal Grammar: A Guide to Experiments in the Acquisition of Syntax and Semantics*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Cristóvão, Sandra (2006) A co-referência nos pronomes objecto directo na aquisição do português europeu. Diss. de mestrado. Universidade Nova de Lisboa.
- Cristóvão, Sandra (2007) A co-referência nos pronomes objecto directo na aquisição do português europeu. *XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Lisboa: APL, pp. 329-339.
- Cummins, S. & Y. Roberge (2005) A Modular Account of Null Objects in French. *Syntax* 8.1, pp. 44-64.
- Fujino, H. & T. Sano. (2002) Aspects of the null object phenomenon in child Spanish. In Pérez-Leroux, A.T., and Liceras, J.M., editors, *The acquisition of Spanish morphosyntax*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 67-88
- Grüter, Therese (2006) *Object clitics and null objects in the acquisition of French*. Dissertação de doutoramento, McGill University, Montreal.
- Jakubowicz, C., N. Müller, O.-K. Kang, B. Biemer & C. Rigaut.(1996). "On the acquisition of the pronominal system in French and German". *BUCLD 20*, ed. by A. Stringfellow et al., 374-385
- Pérez-Leroux, A. T., M. Pirvulescu & Y. Roberge, (2006) The Acquisition of Object Clitics in French L1: Spontaneous vs. Elicited Production", Proceedings of GALA 2005, ed. by Adriana Belletti, Elisa Bennati, Cristiano Chesi, Elisa DiDomenico and Ida Ferrari, Cambridge Scholars Press: Cambridge,UK. pp. 450-462
- Raposo, Eduardo Paiva (1986) On the Null Object Construction in European Portuguese. In O. Jaeggli & C. Silva-Corvalán (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, pp. 373-390.
- Schaeffer, J. (1997) *Direct object scrambling in Dutch and Italian child language*, UCLA Dissertations in Linguistics, 17.
- Silva, Carolina (em prep.) Dissertação de mestrado. Universidade Nova de Lisboa.
- Sportiche, Dominique (1996) Clitic constructions. In J. Rooryck and L. Zaring (eds.) *Phrase Structure and the Lexicon*. Dordrecht: Kluwer.
- Wexler, Kenneth (1998) Very early parameter setting and the unique checking constraint: a new explanation of the optional infinitive stage. *Lingua* 106, pp. 23-79
- Wexler, Kenneth (2003) The Unique Checking Constraint as the explanation of clitic omission in SLI and normal development. In C. Jakubowicz, L. Nash and K. Wexler (eds.) *Essays on Syntax, Morphology and Phonology in SLI*, Cambridge, Mass: MIT Press.
- Wexler, Kenneth, Anna Gavarró & Vicens Torrens (2003) Feature checking and object clitic omission in child Catalan and Spanish. In J. Quer, J. Schrotten, M. Scorretti, P. Sleeman & E. Verheugd (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2001: Selected papers from 'Going Romance', Amsterdam, 6-8 December 2001*. Amsterdam: John Benjamins.